

## Discurso – Presidente do Banco Central do Brasil – Alexandre Tombini

Boa tarde.

É com satisfação que estamos aqui hoje para anunciar o lançamento das novas cédulas de 10 e 20 reais, dando sequência ao projeto da Segunda Família de Cédulas do Real.

Inicialmente, gostaria de agradecer a presença de todos, em especial, do Presidente da Casa da Moeda do Brasil, Francisco de Assis Leme Franco.

Gostaria também de parabenizar a equipe de funcionários do Banco Central que esteve à frente desse projeto, aqui representados pelo Diretor Altamir Lopes e pelo Chefe do Departamento do Meio Circulante, João Sidney de Figueiredo Filho, bem como a equipe da Casa da Moeda do Brasil, aqui representada pelo seu Presidente.

-----

Senhoras e senhores

No início deste mês celebramos os 18 anos do Real. Durante todo esse tempo, as cédulas brasileiras têm exercido exemplarmente seu papel, ajudando a consolidar a imagem de um padrão monetário estável de uma nação com sólidos fundamentos econômicos. A propósito, são esses sólidos fundamentos que permitem estarmos hoje lançando novas versões de cédulas de mesmo valor, fato impensável naqueles anos que precederam o Real.

O Banco Central, no âmbito de suas atribuições, tem a responsabilidade de zelar pela qualidade e segurança do nosso dinheiro físico. E por isso, uma das principais características dessa nova família é a incorporação de novos e modernos componentes de segurança.

As novas notas de 10 e 20 reais passarão a circular a partir de hoje, e o processo de substituição será gradativo. Isto é, as novas notas vão substituir as antigas à medida que estas forem sendo recolhidas pelo Banco Central, em decorrência do desgaste natural. Isso significa que não haverá transtornos para a população, já que as duas famílias conviverão em circulação por prazo indefinido.

Em 2013 completaremos a Segunda Família, com o lançamento das novas cédulas de 2 e 5 reais. Assim, além de maior segurança para o dinheiro brasileiro, passaremos a garantir maior acessibilidade aos deficientes visuais, já que as notas da Segunda Família oferecem um mecanismo mais eficiente de reconhecimento pela diferenciação de tamanhos por valor.

Ao promover a atualização tecnológica das nossas cédulas, o Banco Central cumpre seu papel de autoridade emissora, agindo preventivamente com o objetivo de garantir que o nosso dinheiro continue seguro ao longo dos próximos anos e à altura do patamar econômico em que o Brasil se encontra.

-----

Senhoras e senhores

Neste contexto de lançamento dessas novas notas, gostaria de aproveitar a oportunidade para falar sobre as perspectivas da economia brasileira.

O crescimento econômico do País irá se acelerar ao longo dos próximos trimestres.

De acordo com estimativas dos próprios participantes de mercado, no final de 2012 e início de 2013 o Brasil estará crescendo em torno de 4% em termos anualizados. Ainda de acordo com esses analistas, o Brasil crescerá acima de 4,5% no primeiro semestre de 2013, na comparação com igual período de 2012.

As projeções do Fundo Monetário Internacional, recentemente divulgadas, apontam para um crescimento da economia brasileira de 4,6% em 2013.

Essa perspectiva de aceleração do crescimento se ampara, essencialmente, em dois conjuntos de fatores.

Primeiro, a base: renda e emprego. Temos esses fundamentos sólidos que garantem a sustentação da demanda doméstica.

A economia continua gerando empregos e ampliando a renda do trabalhador. Nos últimos doze meses foram criados quase um milhão e duzentos mil novos postos trabalhos. A taxa de desemprego está em nível historicamente baixo. A renda real do trabalhador está em ascensão; cresceu 3,2% nos últimos doze meses, entre outros fatores, em virtude da queda da inflação. Dessa forma a massa salarial real cresceu 5,1% nos últimos doze meses.

Em segundo lugar, o custo do dinheiro e preços cadentes. Temos impulsos monetários e fiscais já introduzidos cujos efeitos ainda não se manifestaram plenamente.

O Banco Central já reduziu em 450 pontos a taxa básica de juros da economia e flexibilizou as regras dos recolhimentos compulsórios, liberando em torno de R\$ 60 bilhões, melhorando assim as condições de liquidez da economia.

As taxas de juros aos tomadores finais e os *spreads* bancários também estão em queda, o que representa melhores condições de financiamento e refinanciamento para famílias e empresas. Esse movimento, combinado à queda da inflação, que contribui para elevar o ganho real dos salários, permite uma reorganização dos balanços das famílias. E com isso, já há sinais de redução da inadimplência. As informações preliminares de junho já mostram redução no nível de atraso superiores à 90 dias, que é o indicador tradicional de inadimplência. E redução ainda mais acentuada no nível de atrasos entre 15 a 90 dias, que é um dos principais indicadores

antecedentes do nível de inadimplência. Esse cenário abre espaço para a realização de novas contratações, em condições melhores de custo e prazo e, conseqüentemente, para a manutenção de uma expansão moderada do crédito, que representa também mais um fator de sustentação da demanda.

No âmbito fiscal, diversas iniciativas voltadas à desoneração do custo de produção e de estímulo ao investimento foram adotadas.

Como mencionei há pouco, os efeitos dos estímulos já introduzidos ainda não se manifestaram plenamente sobre a atividade. Tradicionalmente, os efeitos das ações de política monetária se manifestam com defasagens. Mas em um ambiente internacional adverso como o atual, que tem afetado a confiança dos empresários, o comércio externo e as condições de financiamentos nos mercados internacionais, os canais de transmissão dessas políticas não têm operado em sua plenitude e, aparentemente, as defasagens têm sido maiores do que em situações de normalidade.

Apesar desse retardo, a economia já vem parcialmente respondendo aos estímulos introduzidos; e essa resposta tende a se intensificar.

Por isso, a perspectiva para os próximos trimestres é de aceleração do crescimento.

A indústria neste segundo semestre está com estoques em níveis mais adequados, após um processo de ajuste que se iniciou em meados de 2011 e, por isso, terá melhores condições de responder com ampliação da produção à expansão da demanda nos próximos trimestres. O setor agrícola também deverá contribuir positivamente, após a forte retração observada no primeiro trimestre deste ano em função de fatores climáticos. E o setor de serviços tende a manter seu dinamismo.

Paralelamente a esses dois conjuntos de fatores há também importantes medidas que irão contribuir para o aumento da competitividade e ampliação do investimento.

Cito, por exemplo, medidas para aumentar a produtividade, como o Pronatec, que prevê a capacitação de oito milhões de trabalhadores nos próximos anos. E o “Ciência sem Fronteira” que irá financiar 100 mil bolsas para graduação e pós-graduação no exterior, qualificando profissionais em áreas essenciais ao desenvolvimento.

O Governo tem também avançado em medidas tributárias, como a desoneração da folha de pagamentos e dos investimentos em portos, ferrovias e redes de telecomunicação. E está estudando a desoneração do preço da energia elétrica e outras medidas de simplificação e redução horizontal da carga tributária, o que terá impacto positivo sobre o setor produtivo.

Outro aspecto digno de nota reside na perspectiva de novas concessões à iniciativa privada na área de infraestrutura de transportes.

Em síntese, as profundas transformações estruturais observadas nos últimos anos, combinadas à presença de vários fatores de sustentação da demanda doméstica e importantes impulsos já introduzidos, reforçam as estimativas de aceleração do crescimento nos próximos trimestres. E o conjunto de medidas para o aumento da competitividade e produtividade da economia brasileira, em um contexto de condições financeiras mais favoráveis, deverão estimular a realização de novos investimentos, os quais darão suporte ao crescimento sustentável nos próximos anos.

-----  
É importante destacar, senhoras e senhores, que esse cenário tende a se materializar em ambiente de inflação sob controle.

A inflação ao consumidor, após alcançar 7,3% em setembro de 2011, vem recuando desde então e atingiu 4,9% em junho deste ano, uma desinflação significativa. A redução da inflação tem sido disseminada. A variação nos últimos dozes meses tem caído nos segmentos de preços livres,

administrados por contrato, monitorados e inclusive no segmento de serviços, onde os preços têm se mostrado mais resistentes nos últimos anos.

As medidas de núcleo também mostram recuo acentuado da inflação desde o quarto trimestre do ano passado e, de modo geral, apresentaram evolução similar à da inflação plena.

É fundamental destacar que esse declínio da inflação contribui para melhorar as expectativas dos agentes econômicos, e é positivamente influenciada por elas.

Em outra perspectiva, o recuo da inflação preserva o poder de compra da moeda, beneficiando a sociedade de um modo geral, e, em particular, mantém o poder de compra dos salários e alarga o horizonte de planejamento dos empresários.

-----  
Quanto ao cenário internacional, este continua desafiador.

Os Estados Unidos devem manter um ritmo de crescimento moderado. A China está desacelerando, mas tem capacidade e instrumentos para conduzir um pouso suave de sua economia.

Em relação à Europa, mais importante do que especularmos sobre eventuais desdobramentos da crise, é estarmos preparados para enfrentá-los.

Ainda que sujeito a um elevado grau de incerteza, o cenário internacional permanece caracterizado por um recuo na probabilidade de ocorrência de eventos extremos nos mercados financeiros internacionais. Mas a postergação de uma solução definitiva para a crise na Europa e os riscos associados à desalavancagem de bancos, famílias e governos em importantes economias, manterão o crescimento mundial abaixo da sua

tendência de longo prazo. Este cenário representa para o Brasil impacto desinflacionário.

-----  
Na última sexta-feira foi divulgado relatório do Fundo Monetário Internacional sobre a economia brasileira que, entre outras constatações, concluiu que o Brasil está muito bem preparado para enfrentar esse cenário internacional adverso.

Em síntese, o relatório do Fundo corrobora a visão do Banco Central de retomada mais forte do crescimento neste semestre e de convergência da inflação para o centro da meta em 2012. Destaca também que o Brasil está bem posicionado para atravessar a nova fase da crise graças às reservas internacionais e ao elevado nível de liquidez doméstico, e conta com um sistema financeiro sólido, bem regulado e bem provisionado.

-----  
Senhoras e senhores,

Gostaria de finalizar o meu pronunciamento lembrando que o lançamento das novas notas de 10 e 20 reais é mais uma etapa no processo de completar a Segunda Família do Real.

Cédulas modernas e seguras é uma demanda da nossa sociedade, e contribuem para o processo de desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Finalizo parabenizando mais uma vez as equipes do Banco Central e da Casa da Moeda que estiveram à frente desse importante trabalho.

Boa tarde.